



Acta Scientiarum. Language and Culture

ISSN: 1983-4675

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Greco Ohuschi, Márcia Cristina; de Sousa Barbosa, Francimara
O gênero artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 33, núm. 2, 2011, pp. 303-314
Universidade Estadual de Maringá
.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426648014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O gênero artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula

Márcia Cristina Greco Ohuschi^{1*} e Francimara de Sousa Barbosa²

¹Universidade Federal do Pará, Av. dos Universitários, s/n, 68746-360, Castanhal, Pará, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: marciaohuschi@yahoo.com.br

RESUMO. Neste trabalho, buscamos realizar uma proposta de intervenção para a 8ª série, a partir do gênero artigo de opinião, com ênfase na análise linguística. Para tanto, temos como objetivo refletir sobre as marcas linguístico-enunciativas presentes no gênero artigo de opinião, a fim de contribuir para o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa. Dessa forma, realizamos uma pesquisa qualitativo-interpretativa, de natureza aplicada, em que escolhemos um texto do gênero artigo de opinião, analisamos suas marcas linguístico-enunciativas e elaboramos uma sequência didática direcionada à oitava série. O trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa “Diagnóstico do trabalho com os gêneros discursivos na escola” (UFPA – Processo: 022581/2010) e aos grupos de pesquisa “Interação e escrita” (UEM-CNPq – www.escrita.uem.br) e “Diversidade linguística e ensino de língua na Amazônia Paraense” (UFPA-CNPq) e tem como base teórica a perspectiva de Bakhtin (2003) e de pesquisadores que seguem essa vertente. Os resultados demonstram que o gênero em tela propicia um trabalho muito produtivo para o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa, já que o texto salienta os recursos linguísticos mobilizados pelo articulista para defender sua tese.

Palavras-chave: gêneros discursivos, artigo de opinião, análise linguística.

ABSTRACT. The opinion article genre: from theory to the practice in the classroom. In this paper we propose to carry out an intervention proposal for the 8th grade, from the view of the genre opinion article, with an emphasis on linguistic analysis. Thus, this work aims at reflecting on the linguistic-enunciative marks present in the genre opinion article, in order to contribute to the teaching and learning of the Portuguese Language. This way, we have applied a qualitative and interpretative research, in which we have chosen a text of the genre article of opinion to analyze its linguistic-enunciative brands and we have devised a didactic sequence directed to the eighth grade. The paper is linked to the Research Project “Diagnosis of the work with the discursive genres in the school” (UFPA-Process: 022581/2010) and the research groups’ Interaction and writing” (UEM-CNPq-www.escrita.uem.br). It is also part of the “Linguistic diversity and teaching of language in the Amazon Paraense” (UFPA-CNPq). It is based on the theoretical perspective of Bakhtin (2003) and researchers who follow this strand. The results show that this kind of genre provides a very productive work for the teaching and learning of the Portuguese Language, since the text stresses the linguistic resources mobilized by reporter to defend his thesis.

Keywords: discursive genres, opinion article, linguistic analysis.

Introdução

Esta pesquisa, recorte de um trabalho maior, faz parte do Projeto de Pesquisa “Diagnóstico do trabalho com os gêneros discursivos na escola” (UFPA – Processo 022581/2010), desenvolvido na Universidade Federal do Pará – Campus de Castanhal. O trabalho guia-se pela dificuldade que os professores encontram em ensinar gramática de forma contextualizada e reflexiva, já que, a partir dos resultados parciais do referido projeto de pesquisa, notamos que os professores, em sua maioria, têm pouca clareza sobre o ensino da língua na perspectiva dos gêneros

discursivos, e até mesmo desconhecem “o porquê” e “como” realizar esse trabalho. Assim, acabam recaindo na gramática tradicional, haja vista que encontram regras prontas nos manuais e diversas atividades nos livros didáticos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optamos pela abordagem bakhtiniana dos gêneros discursivos, uma vez que, segundo Perfeito (2005), permite integrar as práticas de leitura, de análise linguística e de produção e refação textuais. Nesse sentido, a pesquisa ancora-se na perspectiva sociointeracionista, embasada nos pressupostos teóricos advindos de Bakhtin (2003) e de pesquisadores brasileiros que seguem sua vertente,

como Barbosa (2000), Rojo (2005), Perfeito (2005), entre outros.

Escolhemos o gênero artigo de opinião por ser um gênero argumentativo, em que o articulista mobiliza os recursos da língua para defender sua tese. Enfocamos a prática de análise linguística para que, por meio de reflexão prática-teoria-prática, possamos contribuir para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, no ensino fundamental, sobretudo no que tange ao ensino gramatical de forma reflexiva e contextualizada às práticas de leitura e produção textual.

Dessa forma, escolhemos o artigo de opinião “A urna e a escola”, produzido pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo, publicado, na revista *Veja*, no dia 28 de julho de 2010 (TOLEDO, 2010). A partir desse texto, fizemos a análise das marcas linguístico-enunciativas e elaboramos uma proposta de intervenção pedagógica com o intuito de contribuir para o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa.

Assim, primeiramente, fazemos uma breve reflexão teórica a respeito dos gêneros do discurso, do gênero artigo de opinião e da análise linguística, em seguida, apresentamos a análise do artigo de opinião escolhido e, por fim, expomos a nossa proposta de intervenção direcionada à oitava série.

Os gêneros do discurso

A partir de meados da década de 1980, as ideias do Círculo de Bakhtin têm estimulado as discussões teóricas e orientado as práticas pedagógicas para o ensino de língua. Ao longo dos anos, devido à dinamicidade do gênero do discurso, ele tem servido de mecanismo de comunicação para o ensino de Língua Portuguesa.

Segundo Rojo (2005), a teoria do gênero do discurso centra-se, sobretudo, no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos. Na visão de Barbosa, a adoção dos gêneros do discurso como objeto de ensino se sustenta por várias razões, dentre elas:

[...] os gêneros do discurso nos permitem concretizar um pouco mais que forma de dizer em circulação social estamos nos referindo, permite que o aluno tenha parâmetros mais claros para compreender ou produzir textos, além de possibilitar que o professor possa ter critérios mais claros para intervir eficazmente no processo de compreensão e produção de seus alunos (BARBOSA, 2000, p. 158).

Para Bakhtin (2003, p. 262), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, isto é, são

formas de textos criados pela sociedade, que funcionam como mediadores entre o enunciador e o destinatário. Dessa maneira, os gêneros não são formas fixas, mas maleáveis, pois, assim como as atividades humanas, estão em constante transformação. Podemos tomar como exemplo o surgimento de novos gêneros, como o *blog*, e a transformação daqueles que, como passar dos tempos, adquiriram uma nova roupagem como, por exemplo, a carta que, de certo modo, perdeu lugar para o *e-mail*, o caderno de recordações, que se configura, hoje, como o comentário no *Orkut*, adaptando-se às novas circunstâncias, a uma sociedade globalizada.

Os gêneros são constituídos, de acordo com Bakhtin (2003), a partir de três aspectos principais: conteúdo temático, que é ligado ao sentido do texto; a construção composicional, relativa à estrutura organizacional do texto; o estilo, voltado para a seleção dos meios linguísticos. Conforme o autor, esses três aspectos estão “[...] indissolavelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 2003, p. 262), ou seja, pela esfera em que está inserido e pelo seu contexto de produção.

Assim, os gêneros são enunciados - orais e escritos - que integram a totalidade do uso da linguagem. O filósofo da linguagem os divide em gêneros primários (simples) e secundários (complexos). O primeiro tipo parte da comunicação imediata, isto é, da vida cotidiana, pertencente à comunicação verbal espontânea como, por exemplo, a carta, o bilhete e as conversas do dia-a-dia. Já o segundo obedece à comunicação produzida a partir das condições de convívio culturais mais elaborados, sendo assim, relativamente desenvolvidos e organizados, como o romance, as pesquisas científicas, os gêneros da esfera publicitária, dentre eles, o artigo de opinião.

Devido à heterogeneidade dos gêneros discursivos, classificá-los ou inseri-los rigidamente em um plano único de seu estudo é algo impossível. Isso porque, como postula Bakhtin (2003), a heterogeneidade dos gêneros do discurso ocorre em virtude da riqueza e da diversidade, pois são inesgotáveis as possibilidades de multiforme atividade humana e porque, em cada campo dessa atividade, é integral o repertório à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

Bakhtin (2003) afirma que todas as esferas da atividade humana estão efetivamente relacionadas com o uso da linguagem, pois interagimos com as pessoas por meio de enunciados, através das relações

sociais, para isso, valendo-nos dos gêneros do discurso e de suas diversas condições de produção. Sabemos, ainda, que são infinitas as atividades humanas e que agimos dentro de determinadas esferas da atividade comunicacional que são, portanto, critérios de organização, isto é, são as diversas formas de comunicação social que tipificam as situações de interação. Logo, temos diversas esferas da atividade humana, como a publicitária, a acadêmica, a religiosa, a do cotidiano, a jornalística etc. e, dentro de cada uma dessas esferas, circulam vários gêneros discursivos.

Assim, como os gêneros permitem o entendimento dos artifícios de produção, consumo e distribuição de textos perante a sociedade, tornam-se ferramentas importantíssimas no ensino de línguas, em nosso caso, da Língua Portuguesa. De acordo com essa acepção, os gêneros discursivos mostram-se um indispensável utensílio para a construção de conhecimentos relativos às manifestações reais da linguagem no convívio social. A partir dessa breve reflexão, discutimos, em seguida, sobre o gênero artigo de opinião, foco de nossa pesquisa.

O gênero artigo de opinião

O gênero discursivo artigo de opinião, segundo a proposta de agrupamento sugerida por Dolz e Schneuwly (2004), pertence à ordem do argumentar, pois está voltado ao domínio social da discussão de assuntos sociais controversos, objetivando um posicionamento frente a eles, exigindo para tal, sustentação e tomadas de posição. O artigo de opinião situa-se na esfera de comunicação jornalística, uma vez que é um gênero que circula em jornais e revistas (impressos) ou na *internet* (virtual), com periódicos semanais ou mensais em seção específica. Segundo Rodrigues (2005), é na seção opinião que encontramos os elementos constitutivos e comunicativos do gênero, pois é o lugar de sua ancoragem ideológica, delimitando a que parte do universo temático do jornal ele se refere, qual o seu horizonte temático, sua finalidade de interação.

Para Uber (2010), o artigo de opinião é um gênero publicado com assinatura, que circula em jornal ou revista, em que o articulista apresenta grande domínio do assunto, de maneira que defende sua posição diante de algum tema da atualidade de natureza diversa de interesse da sociedade. De acordo com Rodrigues (2005), o gênero em tela apresenta traços semelhantes aos de outros gêneros jornalísticos, como por exemplo, o fato de a interação autor/interlocutor não ocorrer no mesmo espaço de tempo físico e sim mediado

ideologicamente pela esfera jornalística. É, também, na esfera de atuação do referido gênero, que encontramos projeções político-ideológicas e o acento de valor. Conforme a autora, o articulista, ao produzir seu texto, não pode deixar de levar em consideração a empresa jornalística, uma vez que a publicação do artigo passa por aprovação prévia (o jornal seria, assim, um leitor e *autor interposto* entre o articulista e os leitores).

O articulista busca organizar as ideias de maneira a convencer o interlocutor do seu ponto de vista, logo,

O artigo de opinião é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes que possam convencer o interlocutor (BRÄKLING, 2000, p. 227).

Na visão de Rodrigues (2005), o gênero em destaque possui um público-alvo homogêneo, privilegiado. É destinado a uma classe mais elitizada, haja vista que nos jornais/revistas destinados a classes populares não há a presença do artigo. Diante disso, a crítica afirma ainda que a diferenciação é vista com um trabalho de ideologia e os índices sociais de valor se manifestam não só nos “conteúdos” dos enunciados, mas nos gêneros e na sua circulação social diferenciada, demonstrando diferentes condições sociais de investimento dos gêneros.

Quanto aos elementos que constituem os gêneros - conteúdo temático, construção composicional e estilo, conforme Bakhtin (2003) podemos dizer que, no artigo de opinião, o conteúdo temático é alusivo a questões controversas e polêmicas, de importância social. O estilo, de acordo com Bräkling (2000), apresenta marcas linguísticas relevantes, a organização do discurso em terceira pessoa, assim como o uso do indicativo - ou do subjuntivo - na apresentação da questão, dos argumentos e contra-argumentos. No que tange à construção composicional, o artigo de opinião nem sempre apresenta uma ordem para apresentação dos argumentos, porquanto, o gênero possibilita ao articulista condições para desenvolver seu estilo próprio adequado à interação através da escrita.

Segundo Bakhtin (2003), todo enunciado oral ou escrito, primário ou secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter um estilo individual. Entretanto, o estilo não se faz sozinho, mas aliado ao

estilo do gênero e através da seleção de recursos linguísticos.

É importante destacar que, mesmo que o articulista possua argumentos apoiados em verdades para o que escreve, ele se vale de um artifício de grande relevância para compor sua orientação apreciativa: “[...] a ‘palavra do outro’ se transforma dialogicamente, para torna-se ‘palavra pessoal-alheia’” (BAKHTIN, 1997, p. 405-406). O articulista faz uso da palavra do outro a fim de dar mais credibilidade ao seu discurso. Para Rodrigues (2005), a sua posição vai se construindo pelo diferenciado de incorporação e tratamento que dá as diferentes vozes (outros acentos de valor) arregimentadas no seu enunciado, que recebe diferentes valorações.

Rodrigues (2005) categoriza as vozes, no artigo, a partir da relação dialógica com elos anteriores (com enunciados já ditos) e com elos posteriores (modo de orientação para o interlocutor). Na relação com elos anteriores, a autora apresenta o *movimento dialógico de assimilação* (incorporação de outras vozes ao discurso do autor, avaliadas positivamente, para construção de seu ponto de vista) e *movimento dialógico de distanciamento* (desqualificação das vozes às quais o autor se opõe). Na relação com elos posteriores, ocorre um *movimento de engajamento* do leitor ao discurso do autor, o *movimento de refutação* da possível contra palavra do leitor e o *movimento de interpelação* do leitor ao horizonte axiológico do autor.

Sob a ótica de Bräkling (2000), para a abordagem do artigo de opinião na escola, esta se configura a partir do contato do aluno como o referido gênero, proporciona uma visão mais crítica da realidade, desenvolvendo um olhar diferenciado para determinados pontos de vista, bem como, possibilita de forma reflexiva, a construção de sua visão. Além do mais, propicia ao educando vivenciar situações que o permite direcionar-se e reconstruir sua identidade, especialmente questionar valores, recusá-los ou aceitá-los. Logo, para podermos ensinar esse gênero na escola, é fundamental atentarmos para as suas marcas linguístico-enunciativas e, para tanto, reportamo-nos à análise linguística.

Análise linguística

Diante de várias discussões acerca do ensino de gramática, os PCN's, que tomam o texto como “a unidade básica do ensino”, definem que ele deve ocorrer a partir da prática de análise linguística, a qual se efetua a partir do:

Reconhecimento das características de diferentes gêneros, quanto ao conteúdo temático, construção composicional e ao estilo.

Reconhecimento do universo discursivo dentro do qual cada texto e gênero discursivo se insere, considerando as intenções do enunciador, os interlocutores, os procedimentos narrativos, descritivos, expositivos, argumentativos e conversacionais que privilegiam, e a intertextualidade (explícita ou não).

Levantamento das restrições que diferentes suportes e espaços de circulação impõem à estruturação de textos.

Análise das sequências discursivas predominantes (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa e conversacional) e dos recursos expressivos recorrentes no interior de cada gênero.

Reconhecimento das marcas linguísticas específicas (seleção de processos anafóricos, marcadores temporais, operadores lógicos e argumentativos, esquema dos tempos verbais, dêiticos etc.) (BRASIL, 1998, p. 59-60).

Para Geraldi (2003), a análise linguística, juntamente com a leitura e a produção de textos, é a unidade de ensino em que se analisam os recursos expressivos da língua, considerada esta como uma produção discursiva. Assim, o trabalho com a análise e reflexão da língua constitui-se como uma prática fundamental para que os alunos aprendam a Língua Portuguesa refletindo sobre seus diversos usos.

Perfeito (2005) assinala que a análise linguística se dá no sentido de se observar em um texto - de determinado(s) gênero(s) - o arranjo textual e as marcas linguístico-enunciativas, vinculadas às condições de produção (interlocução, suporte, possíveis finalidades, época de publicação e circulação...), no processo de construção de sentidos.

Assim, Perfeito (2005, p. 36) compreende por análise linguística,

[...] o processo reflexivo (epilingüístico) dos sujeitos-aprendizes, em relação à movimentação de recursos lexicais e gramaticais e na construção composicional - concretizada em textos pertencentes a determinado(s) gêneros discursivo(s), considerando seu suporte, meio/época de circulação e de interlocução (contexto de produção) - veiculados ao processo de leitura, de construção e de reescrita textuais (mediado pelo professor).

A autora sugere que a análise linguística seja trabalhada, de forma contextualizada, em dois momentos:

[...] - na mobilização dos recursos lingüístico-expressivos, propiciando a co-produção de sentidos, no processo de leitura;

- no momento da reescrita textual, local de análise da produção de sentidos; de *aplicação* de elementos, referentes ao arranjo composicional, às marcas linguísticas (do *gênero*) e enunciativas (do sujeito-autor), de acordo com o *gênero(s)* selecionado(s) e com o contexto de produção, na elaboração do texto. E, desse modo, oportunizar a maior abordagem de aspectos formais e da coerência (progressão retomada, relação de sentidos e não-contradição), sempre de acordo com a situação de comunicação, socialmente produzida (PERFEITO, 2005, p. 36).

A partir do que foi observado, notamos que o ensino de língua, proposto atualmente, contapõe-se ao ensino tradicional de gramática. Hoje, busca-se abordar a gramática de forma contextualizada, observando os recursos linguísticos-expressivos, assim como a estrutura geral do gênero por meio de suas marcas linguístico-enunciativas. É nesse âmbito que pensamos em elaborar uma proposta de trabalho com o gênero discursivo artigo de opinião, com base na análise que apresentamos na próxima seção.

Análise do artigo de opinião

O artigo de opinião “A urna e a escola” encontra-se na última página da Revista *Veja*, ocupando a página por inteiro. Normalmente, os artigos apresentam formato padrão, divididos em duas colunas. O artigo em questão está dividido em cinco parágrafos longos. Foi publicado em 28 de julho de 2010, conforme anexo.

Quanto ao contexto de produção, o texto “A urna e a escola” circula na esfera jornalística, tem como suporte a Revista *Veja* (um dos periódicos nacionais semanais mais consumidos, no Brasil) e como produtor o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, que escreve para a Revista *Veja* a cada dois periódicos. Os destinatários são os leitores da revista supracitada e os superdestinatários, as instâncias formadoras de opinião, neste caso, especificamente, os meios político e escolar. O objetivo do texto é posicionar-se sobre questões controversas e polêmicas, de importância político-social, particularmente sobre o problema educacional do eleitorado brasileiro.

Com relação ao conteúdo temático, conforme Rodrigues (2005), refere-se à opinião, ao posicionamento de um jornalista ou especialista credenciado socialmente a respeito de um acontecimento sociopolítico que tenha sido noticiado anteriormente e/ou que tenha relevância social. O texto em tela trata de questões eleitorais, uma vez que foi publicado em ano eleitoral, em que o povo brasileiro, mais uma vez, foi às urnas para escolher seus novos dirigentes.

A construção composicional diz respeito às formas de organização textual, ou seja, são procedimentos que se referem à estruturação e acabamento do texto. Nesse sentido, ao abordar as “formas estáveis de gênero”, Bakhtin (2003, p. 282), afirma que “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, 2003, p. 282). Assim, o texto analisado é estruturado a partir de uma sequência argumentativa, conforme expomos a seguir:

a) contextualização da questão a ser discutida: “dos 135,8 milhões de eleitores, 5,9% são analfabetos, 14,6% dizem saber ler e escrever, mas não frequentaram a escola, e 33% frequentaram a escola, mas não chegaram a concluir o 1º grau”;

b) explicitação da posição assumida/início da argumentação: “Não há país que tenha passado a desenvolvido ostentando tão pobres índices de nível educacional”;

c) contra-argumentação: “Não é que a outra parte do eleitorado – os 45% que têm pelo menos o 1º grau completo – seja uma garantia de voto consciente”;

d) argumentação: “Saber ler e interpretar um texto será sempre um instrumento precioso para quem se dispõe a distinguir uma tendência política de outra e a melhor identificar os próprios interesses”; “A parte menos informada do eleitorado é em tese a mais sujeita à manipulação”; “Ora, mais apto a exercer a crítica é em tese – sempre em tese – quem passou pela escola”;

e) solução 1: “Como resolver o problema do precário nível educacional do eleitorado? Solução fácil e cirúrgica seria extirpar suas camadas iletradas. Cassem-se os direitos políticos dos analfabetos e semianalfabetos e pronto: cortou-se o mal pela raiz.”;

f) contra-argumentação 1: “Sim, cassar parte do eleitorado se encaixaria na tradição brasileiro. Mas, ao mesmo tempo – que pena –, atentaria contra a democracia”;

g) solução 2: “Outra solução, menos brutal, e por isso mesmo advogada, esta, sim, amplamente, é a conversão do voto obrigatório em voluntário”;

h) contra-argumentação 2: “Por um lado, o ambiente em que se pode ou não votar pode revelar-se muito mais favorável à arregimentação de eleitores em troca de favores, ou a forçá-los a comparecer às urnas mediante ameaça. Por outro, a atração da praia, do clube ou da viagem, se a eleição cai num dia de sol, pode revelar-se irresistível a ponto de sacrificar o voto mesmo entre os mais bem informados”;

i) conclusão: “A conclusão é que o problema não está no eleitorado. Não é nele que se deve mexer. Tê-lo numeroso e abrangente é uma conquista da democracia brasileira. O problema está na outra ponta – a da escola. Não tê-la, ou tê-la em precária condição, eis o entrave dos entraves, o que expõe o Brasil ao atraso e ao vexame”.

Para Bakhtin (2003), todo estilo está ligado ao gênero, e todo gênero é individual, podendo, assim, refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve). Nesse sentido, o sujeito escolhe os recursos textuais, lexicais e gramaticais que provocam efeitos de sentido que vão ao encontro daquilo que ele deseja falar e, no caso do artigo de opinião, da ideia defendida pelo autor.

Logo, primeiramente, observamos que o texto em questão possui um discurso marcado pelo uso da terceira pessoa do singular: “O Tribunal Superior Eleitoral divulgou na semana passada o tamanho e o perfil do eleitorado brasileiro.”, utiliza o presente do indicativo na apresentação da tese e dos argumentos: “Não há país que tenha passado a desenvolvido ostentando tão pobres índices de nível educacional”; “A parte menos informada do eleitorado é em tese a mais sujeita à manipulação.”, usa narrativas para dar credibilidade ao argumento empregado: “A história eleitoral do Brasil é um desfile de cassações [...] As mulheres só ganharam direito de voto em 1932. Os analfabetos, em 1988.”, emprega citações diretas, como testemunho de autoridade: “segundo escreveu o cientista político Leonardo Barreto na Folha de S. Paulo”, expõe dados estatísticos para reforçar argumento”, dos 135,8 milhões de eleitores, 5,9% são analfabetos, 14,6% dizem saber ler e escrever, mas não frequentaram a escola, e 33% frequentaram a escola mas não chegaram a concluir o 1º grau.” e utiliza operadores argumentativos, como “outro lado”, “nem por isso”, “mas”, “quanto mais...mais”, “portanto”, “por um lado”, “por outro”.

Como nosso intuito é enfocar as marcas linguístico-enunciativas do texto, para observarmos os recursos linguísticos que o articulista utiliza na construção da argumentação, passamos, agora, para uma análise mais detalhada, destacando os principais elementos utilizados, nesse sentido, em cada um dos parágrafos.

O primeiro parágrafo inicia-se com um argumento de autoridade “O Tribunal Superior Eleitoral divulgou na semana passada o tamanho e o perfil do eleitorado brasileiro”, ou seja, o articulista cita o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para dar credibilidade à argumentação. Assim, ele mostra que não é ele quem traça o perfil do eleitorado, mas a instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral brasileira. Após introduzir esse argumento de

autoridade, o autor utiliza-se de dados estatísticos, divulgados pelo TSE, sobre o grau de instrução dos eleitores “dos 135,8 milhões de eleitores, 5,9% são analfabetos, 14,6 dizem saber ler e escrever, mas não frequentaram a escola, e 33% frequentaram a escola, mas não chegaram a concluir o 1º grau”.

Em todo o artigo, observamos que o articulista utiliza recursos linguísticos, para enfatizar e sustentar a sua tese (de que o problema não está no eleitorado, mas na escola). Assim, ainda no primeiro parágrafo, encontramos a expressão “na melhor das hipóteses” seguida pelo verbo resvalar, no pretérito perfeito “resvalou”, o que ocasiona um efeito de sentido que enfatiza o fato de a maioria do eleitorado com baixo nível de instrução ter ao menos passado pela escola, já que 33% a frequentou, mesmo não concluindo o ensino fundamental. Em seguida, o autor usa a expressão “Antes de mais nada”, para introduzir um argumento contrário ao que se propaga sobre o Brasil (que é um “País Grande”, que está em desenvolvimento), para defender a sua opinião “Não há país que tenha passado a desenvolvido ostentando tão pobres índices de nível educacional”, ou seja, para que o Brasil passe a ser um país desenvolvido, é preciso melhorar a educação. A utilização do substantivo “delírio” e da inicial maiúscula do adjetivo “Grande” demonstra a crítica de Pompeu àqueles que afirmam que o país está a caminho de ser desenvolvido, incluindo o Presidente da República, representado, no texto, por “presidente de turno” (tendo em vista a proximidade das eleições, isto é, a mudança de turno), com mente “desavisada” adjetivo que demonstra sua crítica às ideias do presidente. Notamos, ainda, a presença de um intensificador “tão”, que ressalta o baixo nível educacional.

No segundo parágrafo, o articulista introduz um contra-argumento “Outro lado da questão” para apresentar “a ameaça à qualidade da democracia brasileira, representada por um eleitorado tão mal equipado”. Novamente, notamos a presença do intensificador “tão”, o qual desqualifica o eleitorado, mostrando que ele não é bem preparado para julgar os candidatos. Mas, em seguida, há uma ponderação, a partir da expressão “merece um desconto” e a inserção de uma negação “Não é que a outra parte do eleitorado – os 46,5% que têm pelo menos o 1º grau completo – seja uma garantia de voto consciente”. Assim, se 53,5% do eleitorado não sabe votar porque não tem instrução, esperávamos que os 46,5% soubesse, no entanto, o autor mostra que não é isso que ocorre.

Logo a seguir, em “Sob a Constituição de 1946, os analfabetos estavam impedidos de votar. Nem por isso o período deixou de ser dominado pelos

demagogos e pelos coronéis e de abrigar na vida pública corruptos tão notórios quanto os da cena atual”, tal argumento é expresso por uma negação “Nem por isso” que nos mostra que o fato de os analfabetos não terem votado, não adiantou, já que permaneceram no poder “demagogos” e “coronéis”. Tal argumento nos remete à comparação entre a Constituição de 1946 e a atual, o que observamos por meio da utilização do superlativo relativo de igualdade “tão/quanto”: “corruptos tão notórios quanto os da cena atual”. Encontramos, ainda, a conjunção adversativa “mas” como forma de advertir sobre a importância de saber ler e interpretar um texto, para se ter um voto consciente.

No terceiro parágrafo, verificamos a presença de citação direta como testemunho de autoridade, “segundo escreveu o cientista político Leonardo Barreto na Folha de S. Paulo, ‘ela é um sistema interminável que funciona na base da tentativa e erro: punindo os políticos ruins e premiando os bons’”, para dar credibilidade ao argumento de que a democracia é um “sistema interminável”, como enfatiza o jornalista, logo após a citação. Com isso, ele afirma que a democracia exige crítica e termina o parágrafo retomando a sua tese “Ora, mais apto a exercer a crítica é em tese – sempre em tese – quem passou pela escola”. Notamos que a utilização do apostrofo “- sempre em tese -” reforça a ideia de que o esperado nem sempre ocorre, ou seja, a passagem pela escola não garante a formação de um cidadão crítico.

No quarto parágrafo, o articulista apresenta uma primeira solução para o precário nível educacional do eleitorado; “Solução fácil e cirúrgica seria extirpar suas camadas iletradas. Cassem-se os direitos políticos dos analfabetos e semianalfabetos e pronto: cortou-se o mal pela raiz.”; esta solução vem seguida da locução aditiva “Além do mais”, que acrescenta o fato de ela ir ao encontro de uma prática que ocorre no país “A história eleitoral do Brasil é um desfile de cassações a parcelas da população” para amenizar tal atitude. A partir daí, o articulista se pauta numa série de informações e de fatos históricos e sociais sobre a história eleitoral do Brasil e, para dar um tom irônico a algumas denominações (“homens bons”, “sangue infecto” e “ofício mecânico”), utiliza-se do artifício das aspas. Além disso, emprega a conjunção adversativa “mas”, para ressaltar que cassar os direitos políticos vai contra a democracia, também utiliza a expressão “que pena”, por meio de apostrofo, a fim de ironizar, como observamos em “Sim, cassar parte do eleitorado se encaixaria na tradição brasileira.” Notamos também que o uso da expressão parece afirmar (ou reafirmar) o posicionamento do articulista em relação à cassação

do direito de voto dos analfabetos. Mas, ao mesmo tempo – que pena –, atentaria contra a democracia”. Logo após, o autor finaliza o parágrafo apresentando elemento de comparação “tão mais...quanto menos” e de proporção “quanto mais...mais”, para dizer que a democracia será mais efetiva quanto menos se restringir à participação popular, assim, quanto mais restrições se impor, mais restrita ela será.

No quinto e último parágrafo, Roberto Pompeu apresenta outra solução para o problema, “Outra solução, menos brutal, e por isso mesmo advogada, esta, sim, amplamente, é a conversão do voto obrigatório em voluntário”, e, em seguida, traz um advérbio de intensidade “menos” e o grau superlativo relativo do adjetivo “mais”, “a mais”, em “A suposição é que as camadas menos educadas são as mais desinteressadas das eleições”, mostrando que o nível educacional influencia no interesse pelas eleições, o que ele conclui, a partir de uma conjunção conclusiva: “Portanto, seriam as primeiras a desertar”. Mas o articulista põe em cheque essa suposição, ao dizer que “O raciocínio é discutível” e sustenta duas possíveis implicações, caso o voto seja voluntário, as quais demonstram a realidade que assola o país.

A primeira implicação é iniciada pela utilização da expressão “Por um lado”, dando continuidade ao enunciado e introduzindo o primeiro lado da questão. “Por um lado, o ambiente em que se pode ou não votar pode revelar-se muito mais favorável à arrematação de eleitores em troca de favores, ou a forçá-los a comparecer às urnas mediante ameaça”. Encontramos, também, o advérbio de intensidade “muito”, seguido pelo “mais”, que enfatizam o fato de o voto facultativo ser favorável ao crime eleitoral de “venda” de votos. Assim, observamos que o articulista poderia, simplesmente, ter escrito “pode revelar-se favorável”, mas ao optar por “muito mais favorável”, o que dá mais ênfase ao fato, que é tão recorrente no Brasil.

A segunda é introduzida pelo recurso do paralelismo, com a elipse da palavra “lado”, ou seja, se temos, no primeiro aspecto, “Por um lado”, temos, agora, “Por outro”. Assim, se por um lado o voto facultado pode gerar troca de favores, por outro lado, o eleitor pode preferir a praia ou clube a exercer sua cidadania. Então, o jornalista conclui seu artigo, de forma categórica, confirmando o que já vinha dizendo e posicionando-se diante dos valores discutidos em todo o texto “A conclusão é que o problema não está no eleitorado. Não é nele que se deve mexer. Tê-lo numeroso e abrangente é uma conquista da democracia brasileira. O problema está

na outra ponta - a da escola. Não tê-la, ou tê-la em precária condição, eis o entrave dos entraves, o que expõe o Brasil ao atraso e ao vexame”.

A proposta de intervenção

Primeiramente, observamos a necessidade e a importância de se trabalhar com alunos da 8ª série do Ensino Fundamental o gênero discursivo artigo de opinião, a fim de promover o reconhecimento e a compreensão do gênero por meio da apropriação das características sócio-discursivas do artigo em questão. Assim, é fundamental trabalhar questões que contemplem as condições de produção, o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo, e, neste, analisar as marcas linguístico-enunciativas, pois trabalhar com o gênero discursivo em sala de aula possibilita ao aluno o desenvolvimento da autonomia na prática da leitura, análise linguística e produção textual.

Para tanto, em nossa proposta de intervenção, realizamos uma adaptação da sequência didática elaborada por Dolz et al. (2004). Para os autores, “uma sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permite-lhe, assim escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (DOLZ et al., 2004, p. 97) e, ainda, permite ao aluno o acesso e o domínio de novas práticas de linguagem. Logo, o planejamento da sequência didática (SD) acontece a partir das necessidades do aluno, e caracteriza-se pela flexibilidade ao longo do seu desenvolvimento. Por isso, é importante ressaltar que a SD é apenas uma sugestão de trabalho com o gênero artigo de opinião, uma vez que esta pode ser adaptada e reformulada conforme as necessidades da turma. Ressaltamos, ainda, a importância de o professor atuar como mediador em toda a atividade proposta, levando os alunos à reflexão.

Em nossa proposta, não contemplamos a etapa da “primeira produção”, conforme consta na proposta original dos autores de Genebra, mas ressaltamos que, como apontam os pesquisadores, a primeira produção é importante para que o professor realize um diagnóstico da turma, para saber o que sabem e o que não sabem sobre gênero e perceber as dificuldades que possuem. Assim, é a partir desse diagnóstico que o professor poderá elaborar ou adaptar as atividades presentes nos módulos da SD.

A primeira etapa da SD que sugerimos é a apresentação da situação, que, de acordo com Dolz et al. (2004), é o momento em que a turma contrói

uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada, que, neste caso, é a produção de artigos de opinião que serão fixados no mural da escola.

Logo, para iniciar o trabalho, é importante que professor e alunos tragam algumas revistas e alguns jornais com artigos de opinião para a turma, para possibilitar aos alunos a compreensão dos processos de produção, consumo e distribuição de textos da sociedade. Outro ponto importante é a socialização do material coletado com toda turma, que induzirá a leitura e a compreensão do seu uso social.

Em seguida, faz-se necessário explorar, com os alunos, a finalidade principal do gênero artigo de opinião, que é justamente segundo Bräkling (2000), posicionar-se sobre assuntos polêmicos em que o articulista busca organizar as ideias de maneira a convencer o interlocutor do seu ponto de vista. Neste momento, o professor poderá discutir com os alunos sobre o contexto de produção, de forma geral, do gênero em questão.

Após o trabalho com a ideia global sobre o gênero, é fundamental escolher um artigo em específico para a realização de um estudo mais aprofundado. Nesta pesquisa, sugerimos o texto que analisamos, “*A urna e a escola*”. O professor pode iniciar a partir de questões prévias, antes mesmo da leitura do texto, para instigar a curiosidade dos alunos sobre ele e, sobretudo, para resgatar o conhecimento prévio que possuem sobre o assunto. Em seguida, os alunos poderão realizar uma leitura silenciosa do texto, que pode ter, na sequência, uma leitura compartilhada, mediada pelo professor, o qual irá verificar, na medida em que a leitura avança, se os alunos estão compreendendo o texto.

É preciso, também, discutir com os alunos sobre o contexto de produção específico do texto em questão, conforme sugerimos abaixo:

- a) O que você sabe sobre a Revista Veja? Qual é a periodicidade da sua publicação?
- b) Quem é o autor do texto? Qual é o papel dele na sociedade? Por que ele escreve para a revista?
- c) Quem são os possíveis leitores desse texto? Justifique.
- d) Qual é a finalidade do texto?
- e) Em que esfera da comunicação ele está inserido? (escolar, religiosa, científica, jornalística, cotidiana).

Além disso, é importante indagar os estudantes sobre o conteúdo temático do texto: Sobre o que fala esse texto?

- f) Qual é a relação do título com o que se fala no texto?

g) O artigo apresenta um ponto de vista sobre um tema polêmico, exponha a questão tratada pelo autor e qual a posição defendida por ele.

Para contemplar a construção composicional, ou seja, a estrutura do texto, apresentamos a seguinte proposta:

Releia o artigo de Roberto Pompeu de Toledo e encontre as partes que satisfazem¹:

- a) Contextualização da questão a ser discutida;
- b) Explicitação da posição assumida/início da argumentação;
- c) Consideração da contra-argumentação de possíveis argumentos a posição assumida no início da argumentação;
- d) Utilização de argumentos para sustentar o ponto de vista;
- e) Apresentação de possíveis soluções;
- f) Apresentação de possíveis contra-argumentos;
- g) Conclusão, momento da retomada da tese e/ou posicionamento defendido.

Com relação ao estilo, em que se encontram as marcas linguístico-enunciativas, sugerimos as questões abaixo:

1) Qual é a pessoa do discurso usada no texto (1ª, 2ª ou 3ª)? Por quê?

2) Qual é o tempo verbal predominante? Exemplifique com trechos retirados do texto. Por que você acha que ele é utilizado?

3) No início do artigo, o articulista utiliza um recurso chamado de “testemunho de autoridade”, que é quando o autor do texto cita outro autor, ou um especialista no assunto, um órgão público ou uma instituição. Qual é o testemunho de autoridade utilizado no texto *A urna e a escola* e qual o motivo de sua utilização?

4) Em “dos 135,8 milhões de eleitores, 5,9% são analfabetos, 14,6 dizem saber ler e escrever, mas não frequentaram a escola, e 33% frequentaram a escola mas não chegaram a concluir o 1º grau”, percebemos a utilização de dados estatísticos. Por que foram utilizados? Qual é o efeito de sentido que causam no leitor?

5) Retome no texto, o seguinte trecho: “Na soma das três categorias, 53,5% do eleitorado na melhor das hipóteses resvalou pela escola.”. Agora, responda:

a) É possível identificar, no texto, o significado do verbo “resvalar” utilizado no pretérito perfeito – “resvalou”?

b) Qual a finalidade da expressão “na melhor das hipóteses”?

6) No texto, encontramos, ainda, a seguinte frase: “esses percentuais são de demonstrar o delírio do Brasil Grande que assola o país” encontramos a presença do substantivo “delírio” e do adjetivo “grande”, grafado, no texto, com a inicial maiúscula. Explique qual foi a intenção do jornalista ao utilizá-los e por que o adjetivo tem a inicial maiúscula.

7) A quem o articulista está se referindo ao utilizar a expressão “presidente de turno”? O que ele quis dizer com isso?

8) Nos trechos “tão pobres índices de nível educacional” e “tão mal equilibrado para se informar”, observamos a utilização da palavra “tão”. Qual é a função dessa palavra nos trechos? Por que razão o autor a utilizou? Qual o efeito de sentido que ela ocasiona em cada um dos trechos?

9) No segundo parágrafo temos a expressão “outro lado da questão” qual o objetivo do autor ao utilizá-la?

10) Ainda encontramos o emprego da expressão “Nem por isso” que introduz uma ideia de negação. Essa ideia advém de qual pensamento do autor?

11) Encontramos, também, o surpeltivo relativo de igualdade “tão/quanto” que indica comparação entre duas partes. Quais são?

12) No trecho “Mas saber ler e interpretar um texto será sempre um instrumento precioso para quem se dispõe a distinguir uma tendência política de outra e a melhor identificá-los próprios interesses”, o autor emprega ainda a conjunção adversativa “mas”, contudo empregada como forma de advertir, sobre qual argumento a utiliza?

13) Já no terceiro parágrafo, encontramos a presença de uma citação direta. Pesquise qual a função das citações em um texto argumentativo e responda: Por que o autor utilizou tal citação?

14) Pompeu termina o terceiro parágrafo retomando seu ponto de vista “Ora, mais apto a exercer a crítica é em tese – sempre em tese – quem passou pela escola”. O autor utiliza um recurso chamado de aposto. O aposto é um termo utilizado para explicar o termo anterior. Ele vem sempre separado por vírgula, dois pontos ou travessão. Que ideia esse aposto “- sempre em tese -” pretende reforçar no texto?

15) No segundo parágrafo, encontramos, novamente, a presença da conjunção adversativa “mas” a que se opõem?

16) No quarto parágrafo, encontramos a presença de uma locução “além do mais”, qual é a função dela no texto? Substitua por outra de mesmo sentido.

17) Encontramos, no quarto parágrafo, algumas palavras entre aspas, “homens bons”, “sangue infecto” e “ofício mecânico”. Qual é o efeito de sentido da utilização das aspas nessas palavras?

¹A atividade pode ser realizada em duplas ou trios, porém, nesse momento é fundamental a mediação do professor, para que os alunos conheçam os termos a serem trabalhados.

18) Notamos, no quarto parágrafo, a expressão “que pena” entre dois travessões. O que o autor quis demonstrar ao utilizá-la? Ela tem a mesma função do aposto analisado anteriormente? Justifique.

19) Na frase “A suposição é que as camadas menos educadas são as mais desinteressadas das eleições”, as expressões em destaque exercem que função?

20) Qual o efeito de sentido da conjunção “portanto”, no quinto parágrafo. Explique e justifique usando parte do texto.

21) No último parágrafo, o autor sustenta duas possíveis implicações, caso o voto seja voluntário, as quais demonstram uma realidade que assola o país. Quais são elas? Quais elementos ele utiliza para introduzi-las? Qual é a diferença existente entre esses dois elementos? Por que existe essa diferença?

Após o trabalho com esses recursos linguísticos utilizados pelo articulista, sugerimos que seja realizado uma conversa, em sala, expondo as soluções discutidas pelo autor, a sua opinião, a fim de verificar se os alunos concordam ou não, se tem outras soluções, outras opiniões etc.

Em seguida, passamos para a etapa da produção e reescrita de um artigo de opinião, que será exposto no mural da escola. Para isso, o professor poderá levar, para a sala de aula, jornais ou revistas (recentes), como sugere Perfeito (2005), para que os temas atuais sejam discutidos em sala. Assim, os alunos poderiam formar pequenos grupos, os quais escolheriam uma reportagem com a temática que acharem mais relevante ou que mais se identificarem, para escreverem seu artigo de opinião. Para isso, apresentamos uma proposta de escrita, seguindo as etapas de planejamento, escrita, revisão e reescrita.

Para iniciar o trabalho, a turma deverá formar grupos para definir: o público-alvo, selecionar os argumentos, eleger a tese, escolher as estratégias, definir se o discurso será em primeira ou terceira pessoa, se usarão dados estatísticos, etc. Depois de planejado o texto, os alunos farão o rascunho, organizando as ideias de forma coesa e coerente. Após o rascunho, será relevante que os alunos façam uma revisão do próprio texto, para isso, o professor poderá fazer algumas perguntas para auxiliá-los, quanto ao conteúdo, como: A finalidade do artigo está clara? A tese está consistente? Os argumentos auxiliam na defesa da tese? Há Justificativa e sustentação da sua posição? A questão discutida é mesmo polêmica? A contextualização está adequada às questões discutidas? e também algumas perguntas sobre o aspecto formal: Os parágrafos estão bem estruturados? Fizemos ligação entre as ideias? Praticamos o emprego adequado da coesão e da

coerência? Foi feita a adequação às normas gramaticais? As palavras estão acentuadas e grafadas corretamente? Após a revisão da produção, os alunos devem reescrever seus textos. Para que o trabalho seja desenvolvido de forma exemplar, é preciso que o professor realize, quando necessário, intervenções escritas, que levem os alunos a refletir e melhorar o texto, para, enfim, produzir a versão final.

Após as experiências de leitura, de análise linguística e de produção textual, é necessário haver a circulação do texto produzido. Os alunos podem divulgar, semanalmente, seus artigos, fixando-os em um mural da escola. Pensamos ser relevante o fato de que, além de circular no ambiente escolar, a divulgação surge como um incentivo à produção, além de mostrar aos alunos a função social da escrita.

Considerações finais

Constatamos, com a análise do artigo “A urna e a escola”, que o autor mobiliza os recursos linguísticos para defender a sua tese, provocando efeitos de sentido que levam o leitor a concordar com a sua opinião. Verificamos as seguintes características do gênero: o texto pertence à esfera jornalística, publicado na Revista *Veja*, tem como produtor um jornalista, trata de uma questão polêmica, o conteúdo temático faz alusão à opinião de acontecimento sociopolítico, a construção composicional encontra-se de forma bem estruturada, o estilo mostra o modo peculiar com o qual o articulista defende as ideias, por meio de diversos recursos linguísticos, como conjunções, advérbios, adjetivos, aposto, aspas etc. Acreditamos que conhecer tais características foi fundamental para que pudéssemos delinear a proposta metodológica de trabalho com o gênero discursivo, mais especificamente a partir da análise linguística.

Longo, acreditamos que as reflexões que realizamos e a proposta de intervenção que elaboramos podem contribuir para a formação do professor de Português, para que, por meio delas, ele possa refletir sobre a forma como trabalha os elementos gramaticais e que possa, a partir desta pesquisa, pensar em outras propostas, sob essa mesma perspectiva.

A sequência didática apresentada encontra-se atrelada às discussões e propostas com base no trabalho com os gêneros discursivos, na perspectiva sociointeracionista de ensino da Língua Portuguesa. Desse modo, permite desenvolver a autonomia dos educandos em virtude de combinar prática de leitura, produção e reescrita, assim como uma maior compreensão dos recursos linguísticos do gênero e a disposição do arranjo argumentativo.

Percebemos que algo extremamente relevante ao se trabalhar com a SD é a questão indispensável do papel do professor que atua como mediador no processo de ensino e aprendizagem. Diante do que foi mencionado, salientamos que é preciso haver um trabalho de formação continuada para que os professores acompanhem as novas propostas de ensino de Língua Portuguesa e que reflitam sobre sua atuação pedagógica.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, J. P. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de Língua Portuguesa: são os PCNs praticáveis? In: ROJO, R. (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 149-182.
- BRÄKLING, K. L. Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 221-248.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. 3º e 4º ciclos. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: DOLZ J.; SHENEUWLY, B. (Ed.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004. p. 41-70.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SHENEUWLY, B. Seqüências didáticas para uso oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ J.; SHENEUWLY, B. (Ed.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.
- GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- PERFEITO, A. M. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: SANTOS, A. R.; RITTER, L. C. B. (Ed.). **Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa** 1. ed. Maringá: Eduem, 2005. v. 1, p. 27-75. (Formação de professores EAD 18).
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.
- ROJO, R. H. R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.
- TOLEDO, R. P. A urna e a escola. **Veja**, ed. 2175, ano 43, n. 30, p. 162, 2010.
- UBER, T. J. B. **Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/255-4.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2010.

Received on May 10, 2011.

Accepted on July 19, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

ANEXO

A urna e a escola

Roberto Pompeu de Toledo

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou na semana passada o tamanho e o perfil do eleitorado brasileiro. Quanto ao grau de instrução, dos 135,8 milhões de eleitores, 5,9% são analfabetos, 14,6% dizem saber ler e escrever, mas não frequentaram a escola, e 33% frequentaram a escola mas não chegaram a concluir o 1º grau. Na soma das três categorias, 53,5% do eleitorado na melhor das hipóteses resvalou pela escola. Antes de mais nada, esses percentuais são de desmontar o delírio de Brasil Grande que assola o país, a começar pela mente desavisada do presidente de turno. Não há país que tenha passado a desenvolvido ostentando tão pobres índices de nível educacional.

Outro lado da questão é a ameaça à qualidade da democracia brasileira, representada por um eleitorado tão mal equipado para se informar, entender o processo e julgar os candidatos. Essa afirmação merece um desconto. Não é que a outra parte do eleitorado - os 46,5% que têm pelo menos o 1º grau completo - seja uma garantia de voto consciente. Sob a Constituição de 1946, os analfabetos estavam impedidos de votar. Nem por isso o período deixou de ser dominado pelos demagogos e pelos coronéis e de abrigar na vida pública corruptos tão notórios quanto os da cena atual. Mas saber ler e interpretar um texto será sempre um instrumento precioso para quem se dispõe a distinguir uma tendência política de outra e a melhor identificar os próprios interesses.

A parte menos informada do eleitorado é em tese a mais sujeita à manipulação. Isso é um problema para a democracia porque, segundo escreveu o cientista político Leonardo Barreto na **Folha de S.Paulo**, "ela é um sistema interminável que funciona na base da tentativa e erro: punindo os políticos ruins e premiando os bons". O melhor da frase de Barreto é a classificação da democracia como um "sistema interminável". Ela não fecha. Quem fecha, e afirma-se como ponto final das possibilidades de boa condução das sociedades, é a ditadura. Por sua própria natureza, a democracia convida a um perpétuo exercício de reavaliação. Isso quer dizer que, para bem funcionar, exige crítica. Ora, mais apto a exercer a crítica é em tese - sempre em tese - quem passou pela escola.

Como resolver o problema do precário nível educacional do eleitorado? Solução fácil e cirúrgica seria extirpar suas camadas iletradas. Cassem-se os direitos políticos dos analfabetos e semianalfabetos e pronto: cortou-se o mal pela raiz. Além do mais, a solução está em consonância com a prática dos nossos maiores. A história eleitoral do Brasil é um desfile de cassações a parcelas da população. No período colonial, só podiam eleger e ser eleitos os "homens bons", curiosa e maliciosa expressão que transpõe um conceito moral - o de "bom" - para uma posição social. "Homens bons" eram os que não tinham o "sangue infecto" - não eram judeus, mouros, negros, índios - nem exerciam "ofício mecânico" - não eram camponeses, artesãos nem viviam de alguma outra atividade manual. Sobravam os nobres representantes da classe dos proprietários e poucos mais. No período imperial, o critério era a renda; só votava quem a usufruísse a partir de certo mínimo. As mulheres só ganharam direito de voto em 1932. Os analfabetos, em 1988. Sim, cassar parte do eleitorado se encaixaria na tradição brasileira. Mas, ao mesmo tempo que pena -, atentaria contra a democracia. Esta será tão mais efetiva quanto menos restrições contiver à participação popular. Quanto mais restrições, mais restritiva será ela própria.

Outra solução, menos brutal, e por isso mesmo advogada, esta, sim, amplamente, é a conversão do voto obrigatório em voluntário. A suposição é que as camadas menos educadas são as mais desinteressadas das eleições. Portanto, seriam as primeiras a desertar. O raciocínio é discutível. Por um lado, o ambiente em que se pode ou não votar pode revelar-se muito mais favorável à arregimentação de eleitores em troca de favores, ou a forçá-los a comparecer às urnas mediante ameaça. Por outro, a atração da praia, do clube ou da viagem, se a eleição cai num dia de sol, pode revelar-se irresistível a ponto de sacrificar o voto mesmo entre os mais bem informados. A conclusão é que o problema não está no eleitorado. Não é nele que se deve mexer. Tê-lo numeroso e abrangente é uma conquista da democracia brasileira. O problema está na outra ponta - a da escola. Não tê-la, ou tê-la em precária condição, eis o entrave dos entraves, o que expõe o Brasil ao atraso e ao vexame.